



# **ALTER NATIVA** SUSTENTÁVEL

***Promover a ciência, a cultura  
e a educação em prol de  
uma sociedade mais justa e de  
uma economia mais competitiva***

**POLICY PAPER**



Plataforma para o **CRESCIMENTO  
SUSTENTÁVEL**

## Promover a ciência, a cultura e a educação em prol de uma sociedade mais justa e de uma economia mais competitiva

### Orientações para uma educação, ciência e cultura em prol do desenvolvimento sustentável

Educação, ciência e cultura são fatores determinantes para o desenvolvimento humano. De forma interligada, são decisivos no processo de construção do bem-estar social assente num nível de qualidade vida condigno para todos, promovendo a progressiva redução de desigualdades e a equidade.

Uma sociedade democrática, plural e participada, tem nestes três fatores os elementos críticos que enquadram a natureza e os parâmetros do desenvolvimento económico e social, assim como os novos desafios que enfrentamos, nomeadamente, a sustentabilidade ambiental e a IA (inteligência artificial).

A **educação** estimula o talento e a criatividade humana, contribuindo assim para o desenvolvimento do talento de cada indivíduo e o reforço da sua intervenção na sociedade. A **ciência**, com as suas competências atuais, estrutura modelos de organização pessoal e social através das suas capacidades de pesquisa e elaboração, que revolucionam formas de viver, de pensar e até de sentir. A **cultura** é o quadro valorativo que estrutura todas as reflexões pessoais e interações sociais, para além de marcar, de forma singular, a identidade das sociedades.

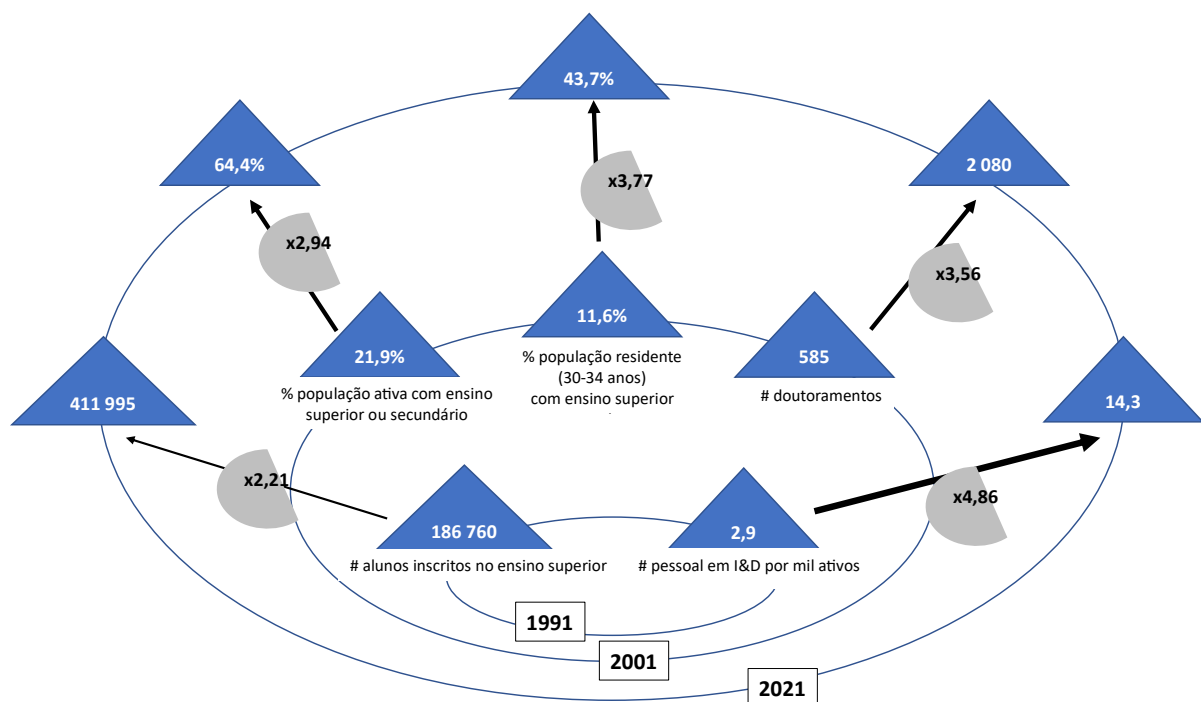


Figura 1: evolução de indicadores de ciência e educação nas 3 últimas décadas [Fonte: PORDATA]

Portugal realizou nas últimas décadas um esforço notável de recuperação no respeitante aos principais indicadores de desempenho no domínio da educação, ciência e cultura. A Figura 1 exhibe

alguns dos casos mais relevantes de incremento no nível de qualificação da população portuguesa que permitiram passar de patamares muito baixos para níveis médios da União Europeia. Por exemplo, a percentagem de população residente com 30 a 34 anos de idade com o ensino superior completo quase quadruplicou nos últimos 20 anos, atingindo 50% nas mulheres e 35% nos homens.

Apesar do esforço notável, o facto é que a população mais velha, proporcionalmente superior à população jovem, não beneficiou diretamente deste investimento coletivo. Para além da assimetria na formação escolar, a população mais velha é também a que ocupa uma parte significativa dos lugares de tomada de decisão no tecido produtivos, dando lugar a circunstâncias em que a diferença entre gerações dentro das organizações se traduz em assimetrias de conhecimento, domínio de meios tecnológicos, experiências de trocas culturais e disponibilidade para a mobilidade entre países.

Estes fatores provavelmente contribuem para explicar, em parte, porque a evolução positiva dos indicadores de qualificação dos recursos humanos em Portugal não tem tido uma expressão correspondente no que respeita a resultados socio-económicos. O relatório mais recente do EUROSTAT sobre inovação<sup>1</sup> evidencia o desfasamento existente entre os indicadores de condições de base e os referentes ao impacto na economia do conhecimento que determina os tempos actuais.

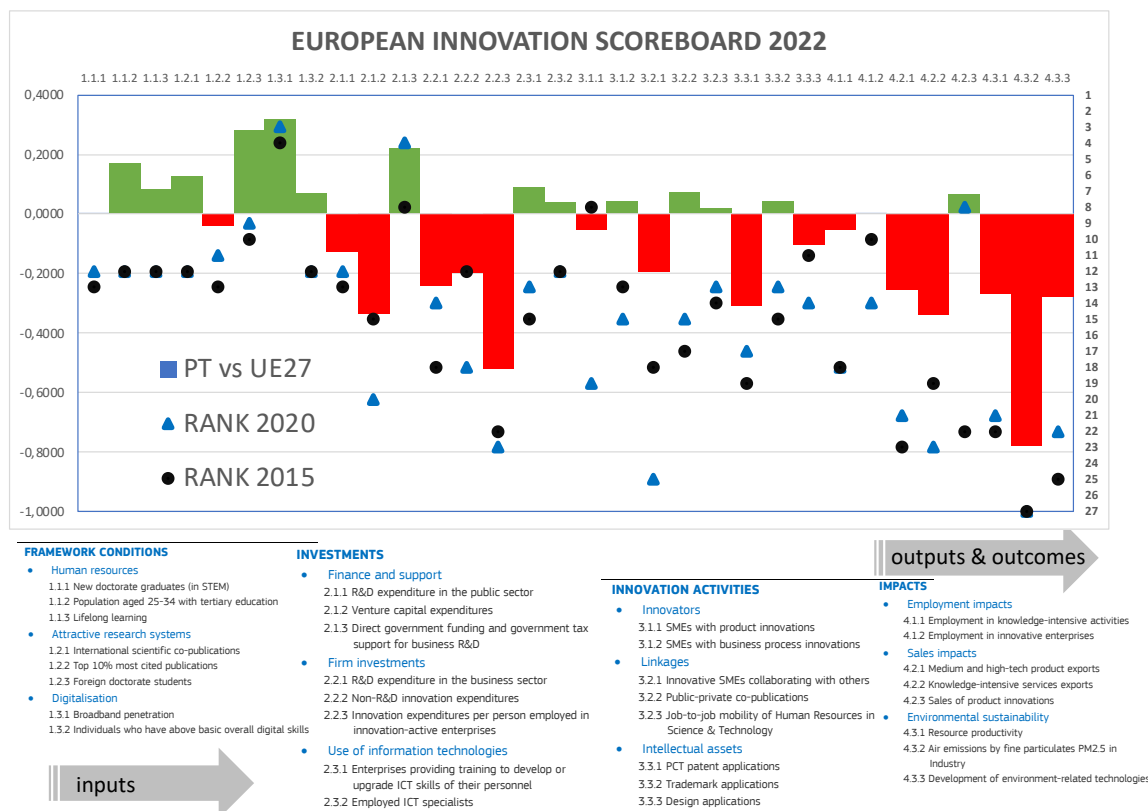


Figura 2: Portugal face à média da União Europeia (27 países), no EIS 2022 [Fonte: EUROSTAT]

<sup>1</sup> European Innovation Scoreboard 2022

[https://research-and-innovation.ec.europa.eu/statistics/performance-indicators/european-innovation-scoreboard\\_en](https://research-and-innovation.ec.europa.eu/statistics/performance-indicators/european-innovation-scoreboard_en)

Na figura acima, é apresentado um gráfico comparativo entre a pontuação de Portugal e a pontuação média europeia (UE27), para os 32 indicadores EIS2022. No primeiro conjunto de atividades medidas (*framework conditions*), Portugal iguala ou supera (verde) a média em 7 indicadores; apenas num indicador está ligeiramente abaixo. Já no último conjunto de atividades (*impacts*), ficamos abaixo (vermelho) da média em todos os indicadores com exceção de um único. Relativamente ao indicador global, Portugal regista um valor inferior à pontuação média europeia posicionando-se em 18<sup>a</sup>.

Na Figura 2, pode também ser observada a variação de posição de Portugal em 2022 (triângulos) face a 2015 (círculos), para cada um dos 32 indicadores do EIS. Não obstante ter melhorado de posição em metade dos indicadores e subido no valor da pontuação global, em 2022, Portugal desceu quatro posições relativamente a 2015, integrando o conjunto de países classificados como moderadamente inovadores.

Em síntese, Portugal tem melhorado progressivamente na grande maioria dos indicadores, mas a um ritmo inferior ao da média europeia. Em consequência, aumenta o nosso distanciamento para outros países detentores de uma economia mais avançada, com maior capacidade de absorção de conhecimento e incorporação de recursos humanos qualificados. O défice de Portugal face à média da União Europeia acentua-se nas atividades de conhecimento intensivo o que favorece a drenagem de trabalhadores mais qualificados formados no nosso país.

*A PCS apresenta um conjunto de propostas de orientação no sentido de reforçar a capacidade de desenvolvimento e retenção de talentos, bem como melhorar a base de conhecimento da economia em Portugal.*

*As propostas de orientação seguem um fio condutor: obter mais valor económico e social dos recursos existentes através de melhor organização e maior integração entre as políticas públicas de educação, ciência e cultura. Em concreto:*

- *criar condições propícias ao desenvolvimento de projetos educativos que cumprem metas de aprendizagem comuns numa perspetiva mais ampla de desenvolvimento de talentos, com maior aproximação à realidade de contexto das escolas;*
- *promover a reorganização do sistema científico por forma assegurar o alinhamento da oferta formativa com a procura de conhecimento das empresas e com a necessidade de respostas aos grandes desafios na sociedade;*
- *estimular a presença das temáticas das artes e do património cultural no sistema educativo de forma sistémica, desde o pré-escolar à conclusão do primeiro ciclo de estudos superiores no âmbito curricular e extracurricular;*
- *valorizar o papel da língua portuguesa como elemento crítico da presença de Portugal no mundo e evidência da multiculturalidade que caracteriza a sociedade portuguesa no presente.*

*Na visão da PCS, a construção de uma sociedade mais coesa e mais competitiva em Portugal deve assentar na conjugação de três pilares: educação de qualidade; I&D com valor (científico, económico e social); cultura para a cidadania plena.*

## Educação de qualidade

A educação contemporânea exige um amplo debate sobre as suas prioridades, metodologias e conteúdos, face a sociedades em rápida transformação. O que ensinar, como ensinar, qual o perfil desejável de saída em cada grau de ensino, que articulações com os diversos atores do processo educativo – escola, famílias, comunidades de residência, redes digitais, interações sociais, nomeadamente – são matérias às quais tem de se dar resposta.

Em Portugal, a educação tem feito uma evolução positiva e crescente nos vários indicadores, aproximando-se das metas estabelecidas com a União Europeia e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, no que diz respeito à frequência da educação pré-escolar e à taxa geral de escolarização no ensino básico. Por seu lado, a taxa real de escolarização no ensino secundário regista um crescimento anual contínuo ao longo de várias décadas, atingindo 85,1% em 2021.

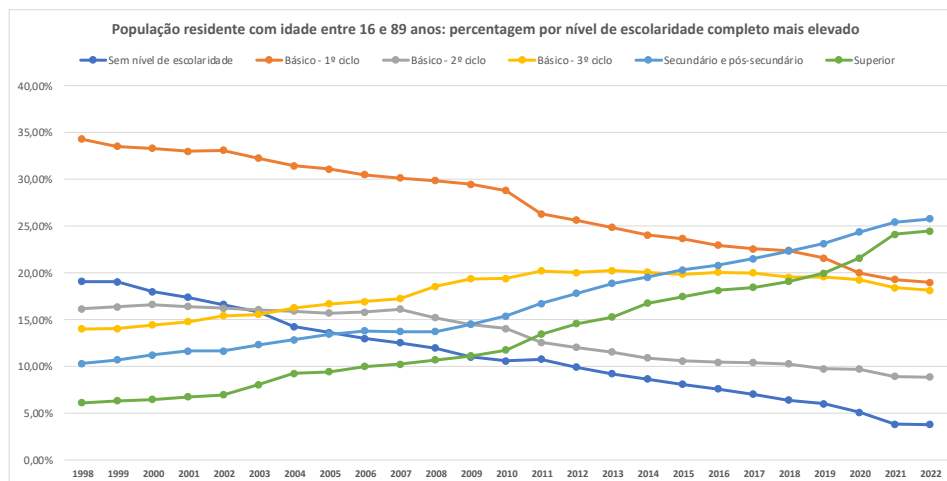


Gráfico 1

Em 2022, quase metade da população residente com 16 a 89 anos idade detém escolaridade de nível secundário ou superior.

Alcançar o ODS 4 (Educação de Qualidade), tal como perspectivado, exige que todos os alunos tenham verdadeiramente as mesmas oportunidades, atenuando a influência dos diversos fatores que podem afetar negativamente o desempenho escolar de crianças e jovens. Com um pilar profundo de equidade que permite que cada um possa concretizar o seu potencial de aprendizagem e desenvolvimento, e integra a inclusão, que consubstancia o direito de todos ao acesso e participação, de modo pleno e efetivo, aos mesmos contextos educativos.

O contexto socioeconómico continua a ser um fator determinante do sucesso escolar dos alunos, sendo premente pensar e inovar medidas de política educativa e estratégias educativas diferenciadas,



com o foco na promoção do sucesso escolar e no combate às desigualdades, através da educação, com o desenvolvimento de competências técnicas e sociais.

A resolução do Conselho Europeu sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia em educação e formação, tendo em vista a Área Europeia de Educação, descreve cinco prioridades estratégicas para o período de 2021-2030, entre as quais o reforço do ensino superior europeu. Neste sentido, espera-se que a proporção de pessoas entre os 25 e os 34 anos com ensino superior (CITE 5-8) seja de, pelo menos, 45% até 2030. Em 2021, Portugal já tinha ultrapassado essa meta (47,5%) e apresentava uma taxa de diplomados, nesta faixa etária, superior à média registada na UE27 (41,2%).

Em Portugal, ter uma escolarização de nível mais elevado representa um incremento salarial substancial, comparativamente a uma qualificação ao nível da educação básica. No entanto, existe ainda um desalinhamento de entre as expectativas salariais dos diplomados e o que o tecido empresarial consegue corresponder, abrindo assim espaço para falta de retenção de talento. Um estudo muito recente do Banco de Portugal reporta a "queda do salário real dos trabalhadores com ensino superior e secundário, no período 2006-2020, num contexto de aumento significativo da entrada de jovens no mercado de trabalho com estes níveis de ensino"<sup>2</sup>.

Proporcionar uma educação de qualidade que responda às aptidões e necessidades dos alunos será um desafio fundamental para a aprendizagem ao longo da vida, desde a educação infantil até ao ensino superior. Estas necessidades e aptidões estão em constante evolução a par com os desafios contemporâneos, sendo essencial acompanhar e apostar no desenvolvimento de competências chave e basilares para a sociedade atual.

A qualidade da educação não é unidimensional nem directa, e deverá ser baseada e definida por vários fatores:

- qualificações dos professores e condições de trabalho
- dimensão das turmas
- processo educativos (incluindo processos de aprendizagem não formais conexos)
- resultados previstos e obtidos (incluindo as necessidades individuais, sociais, culturais, económicas e ambientais)

Esta avaliação da qualidade do ensino deve ser contextual, nunca determinista.

O ambiente de ensino e aprendizagem deve ser concebido de forma a apoiar os professores e os vários intervenientes no processo de educação nas suas missões. A importância de docentes de qualidade para uma educação de qualidade não pode ser subestimada. Professores de todos os níveis devem ter acesso, ao longo da sua carreira, a um desenvolvimento profissional e a uma aprendizagem contínua de elevada qualidade, considerando aspetos de nível conjuntural, por exemplo, o acolhimento de crianças e jovens vindos de contextos de guerra, conflito armado e/ou pobreza extrema.

O ensino superior e a investigação desempenham um papel fundamental como base do sector da educação no seu conjunto, em particular através da formação de professores e da investigação no domínio da educação. No entanto, esta ligação deve ser reforçada e alimentada. Assim, a par com a

---

<sup>2</sup> A distribuição dos salários em Portugal no período 2006-2020  
[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be\\_mar23\\_p.pdf#page=31](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_mar23_p.pdf#page=31)

educação, a investigação e o conhecimento científico é essencial para o desenvolvimento tecnológico, social e económico do país, configurando-se um pilar fulcral para uma sociedade mais sustentável nas suas várias dimensões.

Paradigmaticamente, no âmbito da estratégia ET 2020, o Conselho da União Europeia, em 2012, integrou uma referência para a empregabilidade dos diplomados, chamando a atenção para o facto de os estados-membros não estarem a dotar os diplomados do ensino superior com os conhecimentos, aptidões e competências necessárias para um emprego bem-sucedido e para a necessária promoção da empregabilidade, através de uma oferta formativa adequada (European Commission, 2020c).

### Ciência comprometida com a sociedade

A ciência em Portugal tem tido uma grande evolução nas últimas décadas, período durante o qual se solidificou a ideia de que sistemas científicos robustos promovem economias mais dinâmicas e mercados mais fortes, e durante o qual se verificou um crescente investimento em investigação e desenvolvimento. Nos últimos 50 anos, Portugal tem vindo a progredir de forma significativa no campo da ciência e tecnologia, tornando-se num importante impulsionador do sector na Europa e no mundo, e tendo passado por um período de grande transformação em termos científicos e tecnológicos. Durante a década de 60 do século XX, a ciência em Portugal estava em estágio inicial, com muito pouco investimento em investigação científica. Foi só na década de 80 que a ciência e a tecnologia começaram a receber mais atenção por parte do governo e a ver um aumento no investimento.

Em termos de despesa em I&D, Portugal tem vindo a aumentar o seu investimento nas últimas décadas, atingindo em 2021 um valor de 1,68% do PIB, o que representa uma evolução positiva comparativamente com anos anteriores. No entanto, Portugal ainda se encontra abaixo da média da OCDE, que é de cerca de 2,4% do PIB. Países como a Suécia, a Finlândia e a Coreia do Sul apresentam valores superiores a 4% do PIB em I&D.

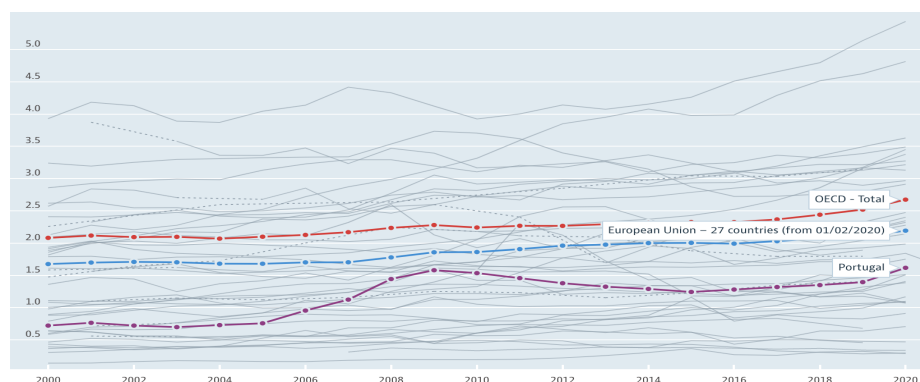


Gráfico 2: Despesa interna bruta em I&D, comparação entre Portugal, UE e OCDE (Total, % GDP, 2000–2021)

Em relação ao número de investigadores, Portugal tem vindo a aumentar o seu contingente nas últimas décadas, tendo passado de cerca de 23 mil em 2000 para mais de 50 mil em 2019. Apesar deste aumento, Portugal ainda se encontra abaixo da média da OCDE, que é de cerca de 110 investigadores por 100 mil habitantes. Países como a Suíça, a Dinamarca e a Alemanha apresentam valores superiores a 200 investigadores por 100 mil habitantes.

O número de investigadores equivalentes a tempo inteiro na UE aumentou em mais de 45% (45,57%) entre 2011 e 2021, de 1,38 para 2,00 milhões. Em 2021, mais de metade (56,3%) dos investigadores equivalentes a tempo inteiro na UE trabalhavam em empresas, 31,9% no ensino superior e 11,0% no sector governamental.

Quanto à produção científica, Portugal tem vindo a aumentar o número de publicações científicas nas últimas décadas. Em 2019, Portugal produziu cerca de 2,1% do total das publicações científicas mundiais, o que representa um aumento significativo comparativamente com valores anteriores. No entanto, Portugal ainda se encontra abaixo da média da OCDE, que é de cerca de 3,3% do total de publicações científicas mundiais. Países como a Suíça, a Suécia e a Holanda apresentam valores superiores a 4% do total de publicações científicas mundiais. No entanto, Portugal tem vindo a aumentar a sua produção científica, tendo mais de 40% dos seus artigos científicos publicados em revistas internacionais de elevado impacto.

Apesar de ainda estar aquém da média, Portugal é considerado um dos países europeus com maior crescimento na área da investigação científica, tendo subido 13 lugares no Índice Global de Inovação nos últimos anos. O país tem-se destacado em áreas como tecnologia e engenharia, biotecnologia, energia renovável e nanotecnologia. A nível europeu, Portugal apresenta-se como um dos países com maior percentagem de publicações científicas por milhão de habitantes.

Em termos de qualidade científica (número de investigadores, publicações científicas e formação avançada), o sistema científico português compara-se bem com os seus homólogos no espaço europeu. No entanto, como o EIS 2022 regista, essa qualidade não tem a correspondente tradução em inovação e em atividades com utilização intensiva de conhecimento. O gráfico abaixo ilustra este aspeto através da comparação com Áustria e Dinamarca, países com pesos muito próximos ao de Portugal no total de investigadores no conjunto UE27.

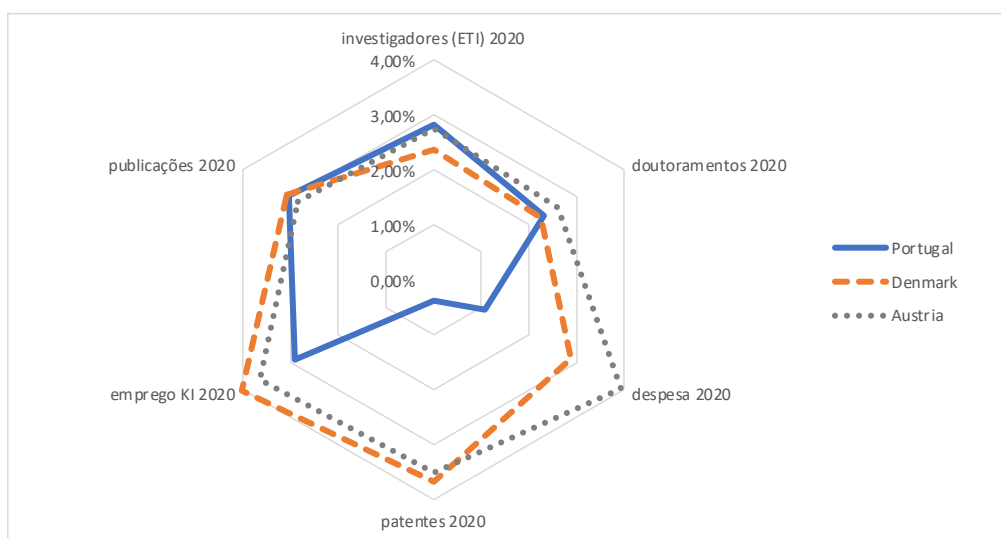


Gráfico 3: exercício comparativo entre Portugal, Áustria e Dinamarca

Considerando 2020 para ano de referência, o equilíbrio entre os três países mantém-se no número de publicações científicas e no número de doutoramentos realizados. Já no que respeita a submissão de pedidos de patentes e a emprego em sectores de produção com utilização intensiva de conhecimento, se observa um distanciamento negativo de Portugal. Não obstante o crescimento nas duas últimas



décadas o contributo de Portugal para a despesa em I&D na EU27 não acompanha o equilíbrio em recursos humanos.

Uma explicação para este facto parece estar na repartição do número de investigadores entre o sector de empresas (BES) e os outros - ensino superior (HES), estado (GOV) e instituições privadas sem fins lucrativos (PNP). Na realidade, como se constata no gráfico abaixo, parece existir uma forte correlação entre a percentagem de investigadores no sector e o desempenho dos países da União Europeia apurado no EIS 2022. As barras verticais indicam a percentagem por sector de execução para cada um dos 27 países, listados por ordem decrescente da pontuação global obtida no EIS 2022. A ordenação pelo valor da percentagem de investigadores nas empresas coincide com aquela.

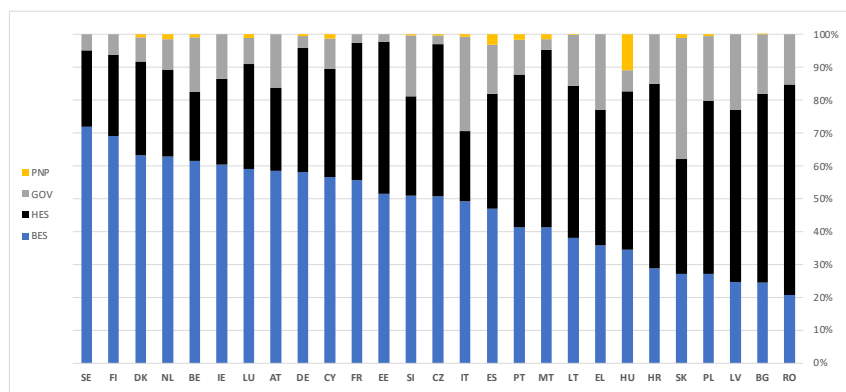


Gráfico 4: percentagem de investigadores por sector nos países da EU27, por posição no EIS 2022

Importa, pois, desenhar políticas públicas para aumentar o número de investigadores a trabalharem no sector empresarial em Portugal. Nomeadamente, reforçar e consolidar programas já em curso: bolsas de doutoramento em ambiente empresarial e a criação dos laboratórios colaborativos entre empresas (individual ou sectorialmente) e instituições de ensino superior consorciadas por área do conhecimento. Adicionalmente, propomos a criação de mecanismos diretos de estímulo ao emprego de Mestres e Doutores, designadamente valorizando novas contratações em sede do SIFIDE<sup>3</sup>.

Em paralelo, consideramos importante o desenvolvimento de um programa de valorização económica e social do conhecimento científico, que acompanhe todo o processo desde a formulação da ideia até à eventual concretização da proposta de valor. Para o efeito, será decisivo ter em conta dois eixos de atuação: apoio à inovação aberta e ao teste de mercado.

Também consideramos que devem ser repensadas a organização e o financiamento das unidades científicas associadas à Fundação para a Ciência e Tecnologia. A proliferação de unidades de I&D, algumas das quais de reduzida dimensão, não permite o aproveitamento eficiente da capacidade científica. Por outro lado, o modelo de financiamento actual gera conflitos na gestão das instituições de ensino superior responsáveis pela grande parte das unidades de I&D.

A exemplo do que foi adotado na União Europeia, o sistema científico português deve orientar-se para objetivos sociais, promovendo a constituição de massa crítica capaz de encarar desafios multidisciplinares associados às questões de maior relevância para a sociedade. As políticas públicas devem ser baseadas em conhecimento científico abrangendo tanto as engenharias e tecnologias como as artes e humanidades. Para o efeito, é necessário que o diálogo entre cientistas e decisores políticos seja contínuo e assente em comunicação clara entre as partes.

<sup>3</sup> Sistema de Incentivos Fiscais à I&D empresarial ( [https://out.ani.pt/ani\\_public/Homepage.aspx](https://out.ani.pt/ani_public/Homepage.aspx))



## **Cultura e consolidação da cidadania**

Nas democracias complexas da atualidade, a distribuição e interação de competências culturais no todo social é fator chave para a construção de uma cidadania ativa e de comunidades coesas, criativas e com altos níveis de confiança na sua diversidade. Para este desiderato, o concurso de contributos dos diferentes atores sociais, públicos e privados é necessário.

A Cultura reúne um conjunto heteróclito de agentes, organizações e tecnicidades.

Entre os atores “principais” do dispositivo cultural, constam responsáveis públicos, artistas, escritores, agentes das indústrias cinematográfica, fonográfica e audiovisual, arquitetos e designers, programadores, produtores, jornalistas e críticos culturais, museólogos, arqueólogos, gestores de património cultural, fundações e empresas públicas de cultura, de palácios e teatros nacionais, bibliotecários, arquivistas, mecenas.

No que respeita ao Estado, pode resumir-se as suas funções no domínio da Cultura<sup>4</sup> da seguinte forma: proteção, promoção e acessibilidade do património cultural; incentivos à criação artística, ao desenvolvimento do sistema de produção e distribuição cultural e às dinâmicas que favorecem a formação e fruição cultural dos cidadãos.

A nível de esquemas organizacionais, para efeito de estabelecimento de políticas públicas, não é possível estabelecer homologias entre os dispositivos de suporte público às artes, ao cinema, à literatura; a proteção do património construído, móvel e imaterial; o estabelecimento e gestão de museus; os trabalhos arqueológicos e a arqueologia subaquática; o sistema de arquivos; a rede de bibliotecas públicas; o estabelecimento, regulação e gestão de salas de espetáculos, fundações e centros culturais, galerias e outros espaços culturais; os sistemas de proteção e gestão de direitos de autor e direitos conexos. Cada uma destas áreas tem tecnicidades específicas e autónomas.

Esta circunstância das políticas públicas de Cultura - que revela a complexidade, pluralidade e riqueza do sistema cultural - coloca, também, problemas de coerência no sistema público, dificuldades de definição de políticas gerais e propicia protagonismos concorrenciais e por vezes antagónicos dos atores, atendendo à atomização e especialidade.<sup>5</sup>

A especificidade da Cultura fica bem patente quando, a exemplo de outras áreas, se procura associar diretamente despesa com desenvolvimento. Por exemplo, os dados de referência do Eurostat sobre a despesa pública de Cultura na EU (2021) mostram que há só 3 países em 30 – Chipre, Grécia e Irlanda – a gastar menos que Portugal em despesa pública para a Cultura. Mas verifica-se, também, que há um grupo de países que gasta, em termos percentuais de PIB, quase o mesmo que Portugal: a Alemanha, a Itália e a Suíça. Todavia, se olharmos para o Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (2021), verifica-se que a Suíça está em 1º, a Irlanda em 8º, a Alemanha em 9º, o Chipre em 29º, a Itália em 30º, a Grécia em 33º. Portugal ocupa a 38ª posição.

---

<sup>4</sup> Tomando por referência o texto consolidado, segundo a 7ª Revisão Constitucional, de 2005.

<sup>5</sup> Xavier, Jorge Barreto; “Criação e fruição cultural”, in “O estado da Nação e as políticas públicas 2019 – menos reformas, melhores políticas”, Edição: IPPS-IUL, 2019.

Total general government expenditure on recreation, culture and religion, 2021, % of GDP

	Recreation, culture and religion	Recreational and sporting services	Cultural services	Broadcasting and publishing services	Religious and other community services	R&D Recreation, culture and religion	Recreation, culture and religion n.e.c.
EU*	1.2	0.4	0.5	0.2	0.1	0.0	0.0
euro area 19*	1.1	0.4	0.5	0.2	0.0	0.0	0.0
euro area 20*	1.1	0.4	0.5	0.2	0.0	0.0	0.0
Belgium	1.2	0.4	0.5	0.2	0.1	0.0	0.0
Bulgaria	0.9	0.2	0.5	0.1	0.1	:	:
Czechia	1.3	0.4	0.6	0.2	0.0	0.0	0.1
Denmark	1.6	0.4	0.6	0.2	0.4	0.0	0.0
Germany*	1.1	0.3	0.4	0.3	0.0	0.1	0.0
Estonia	2.1	0.6	0.9	0.2	0.0	0.1	0.2
Ireland	0.5	0.1	0.2	0.2	0.0	0.0	0.0
Greece	1.1	0.5	0.2	0.1	0.1	0.0	0.1
Spain*	1.2	0.4	0.5	0.2	0.1	0.0	0.0
France*	1.4	0.5	0.7	0.1	0.0	0.0	0.0
Croatia	1.6	0.4	0.7	0.3	0.2	0.0	0.1
Italy	0.8	0.3	0.3	0.2	0.1	0.0	0.0
Cyprus	0.7	0.2	0.2	0.2	0.1	0.0	0.0
Latvia	1.4	0.2	1.0	0.1	0.0	0.0	0.0
Lithuania	1.2	0.3	0.7	0.1	0.0	:	:
Luxembourg	1.2	0.5	0.5	0.1	0.1	0.0	0.0
Hungary	3.0	0.9	1.0	0.3	0.6	0.0	0.1
Malta	1.3	0.2	0.9	0.1	0.0	0.0	0.1
Netherlands	1.3	0.5	0.5	0.2	0.1	0.0	0.0
Austria	1.2	0.3	0.5	0.3	0.1	0.0	0.0
Poland	1.2	0.4	0.6	0.2	0.0	0.0	0.0
Portugal*	1.0	0.4	0.3	0.1	0.0	0.1	0.1
Romania	0.9	0.3	0.3	0.1	0.1	0.0	0.2
Slovenia	1.4	0.3	0.7	0.3	0.1	0.0	0.1
Slovakia	1.0	0.2	0.5	0.2	0.1	0.0	0.0
Finland	1.5	0.5	0.5	0.3	0.2	0.0	0.0
Sweden	1.4	0.6	0.6	0.2	0.0	0.0	0.0
Iceland	3.3	1.6	1.1	0.2	0.3	0.0	0.0
Norway	1.7	0.4	0.7	0.2	0.3	0.1	0.1
Switzerland	1.1	0.4	0.4	0.2	0.0	0.0	0.0

Source: Eurostat (gov\_10a\_exp)  
\* provisional

eurostat

Figura 3: quadro informativo sobre despesa pública de Cultura na UE27 (2021)

A Figura acima mostra que não há uma correlação direta entre a despesa pública de Cultura em percentagem de PIB e o índice de desenvolvimento de acordo com os parâmetros do PNUD.

Significa isto que Portugal não deve fazer mais despesa pública com Cultura? De maneira nenhuma. A conclusão a retirar é que, numa perspetiva de desenvolvimento, não será suficiente aumentar a dotação pública para a cultura. As políticas públicas de Cultura exigem uma correlação com outras políticas para serem efetivas.

O OE para a Cultura, tendo por referência o ano de 2015, tem aumentado. Todavia, está longe da aspirada meta de 1% do OE<sup>6</sup>, não sendo o aumento acumulado suficiente, conforme os sinais provenientes de agentes públicos e privados, para resolver situações sistémicas, nomeadamente, em termos de disponibilidades para reabilitação e conservação de património, gestão dos museus, gestão documental e arquivística, criação, programação e produção cultural.

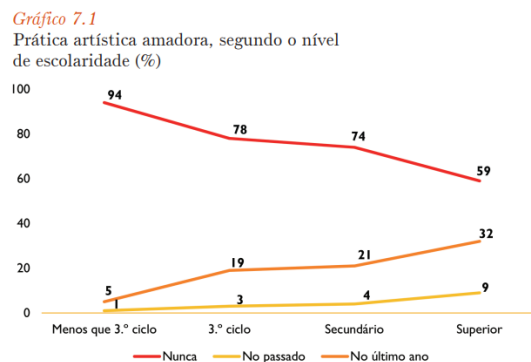


Gráfico 4: In Praticas Culturais dos Portugueses, INE, 2022

<sup>6</sup> Despesa total consolidada da Cultura prevista no OE para 2023: 760,3 milhões de euros — RTP e Agência Lusa incluídas (0,43% da proposta do OE 2023).

O gráfico acima demonstra bem a correlação positiva entre o grau de escolaridade e a prática cultural. Todavia, não se pode reduzir a necessidade de pensar o contributo da Cultura para o desenvolvimento social, exclusivamente, na relação com a educação. As políticas de ordenamento do território, as práticas de inclusão social, as agendas de género e de inclusão dos migrantes, são exemplos de variáveis essenciais para articulações necessárias.

A sociedade civil, entretanto, dá sinais positivos no que se refere à importância do tecido cultural. Tem havido um aumento gradual nos indicadores de empregos e empresas existentes e do número de entradas em espetáculos e museus (sendo que não se pode ignorar o impacto do turismo externo nesta matéria). Tendo por base a informação do Inquérito ao Emprego (série 2021- N.º), a população empregada no sector cultural e criativo em 2021 foi estimada em 187,7 mil pessoas, a qual representava 3,9% do emprego total.

Gráfico 2.1: População empregada em emprego cultural (Série 2021- N.º), 2017-2021.

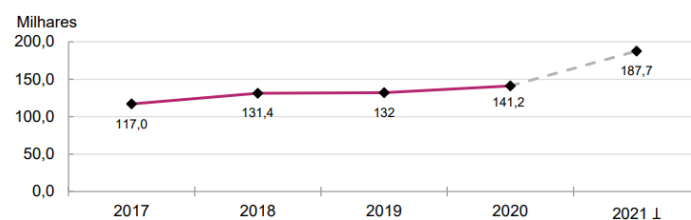


Gráfico 5: In Praticas Culturais dos Portugueses, INE, 2022

Em 2020, de acordo com os dados definitivos do Sistema de Contas Integradas das Empresas, existiam 64 559 empresas no sector cultural e criativo (menos 1,5% do que no ano anterior), destacando-se as que pertenciam às Atividades das artes do espetáculo e às Atividades de arquitetura, que representaram, respetivamente, 25,5% e 14,8% do total de empresas. O volume de negócios totalizou 5,9 mil milhões de euros, com as “Empresas do comércio a retalho de jornais, revistas e artigos de papelaria em estabelecimentos especializados”, as “Agências de publicidade, Outra impressão e as Atividades de televisão”, a representarem, em conjunto, cerca de metade (49,4%) do volume de negócios do sector. O Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado pelas empresas do sector foi 2,2 mil milhões de euros. De acordo com os dados preliminares de 2021, o total das empresas do sector ascendeu a 68 456 e o volume de negócios atingiu 6,7 mil milhões de euros<sup>7</sup>.

Entretanto, sinalizando a divergência entre graus de interesse e de participação, um Eurobarómetro relativo ao Património Cultural<sup>8</sup>, permite conferir algumas indicações relativas ao grau de participação dos Portugueses nas atividades culturais e, por essa via, perceber a sua posição face à criação e fruição. Perante a pergunta: “Está, de alguma forma, envolvido no campo do património cultural? Em 6 parâmetros, Portugal regista o nível mais baixo de envolvimento em 4; o segundo mais baixo em 1; o terceiro mais baixo em 1. Em média, é o país da UE com um nível de envolvimento mais baixo. Perante a pergunta: “Utilizou a Internet nos últimos 12 meses para seguir assuntos relacionados com o património cultural?”, Portugal regista o índice mais baixo de utilização. Perante a pergunta se a presença de património cultural influencia o destino de férias, Portugal regista o terceiro índice mais baixo. Todavia, no que se refere à consideração da importância do património cultural, em termos de

<sup>7</sup> INE, Estatísticas da Cultura, 2022.

<sup>8</sup> Eurobarómetro Especial 466 – Set/Out 2017.

interesse pessoal, e de interesse para a comunidade em que se inserem a nível local, regional e nacional, Portugal está, em termos ponderados, a meio da tabela, e está no topo da tabela entre os que mais enfatizam o valor do património cultural ao nível da UE, assim como no orgulho que sentem no património cultural nacional.

Finalmente, apesar de se verificarem sinais positivos, em termos de evolução da posição estatal (orçamento e pessoal), e do lado da sociedade civil, da oferta de produção cultural e do consumo privado, farão sentido medidas que encurtem a distância entre graus elevados de reconhecimento da importância da Cultura e graus baixos de iniciativa, no que respeita à participação cultural dos cidadãos. Será importante considerar como prioritárias as políticas de proximidade, mas, certamente, também, as políticas educativas e o estímulo à articulação cultura/economia.

Esta combinação pode melhorar as dinâmicas de criação e fruição cultural no quadro comparativo europeu e contribuir para o desenvolvimento do país. Para o efeito, é importante os serviços públicos de Cultura ultrapassarem, de forma sistémica, constrangimentos estruturais orçamentais e de pessoal, aumentar os níveis de investimento em ativos de capital, melhorar as condições estatutárias dos profissionais da Cultura, assim como gerar pontes de articulação interdepartamental, com as empresas e a sociedade civil, face à complexidade das matérias em presença e à pluralidade de competências públicas sobre a mesma. As medidas de estímulo às empresas e à sociedade civil, não passam só por incentivos financeiros, mas também por visões programáticas e de colaboração em rede.

A presença das temáticas culturais no sistema educativo de ser feita de forma territorializada, em efetiva articulação com agentes culturais e com as famílias, numa perspetiva de trabalho em rede e procurando estimular a criatividade, o conhecimento, apurar o sentido estético e a capacidade interpretativa e crítica, assim como as dinâmicas colaborativas. Neste sentido, justifica-se a melhoria dos modelos de incentivos fiscais à participação dos cidadãos e das empresas na vida cultural do bairro, da localidade, da região, do país, seja no quadro da proteção do património como de incentivo à promoção das artes contemporâneas.